



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Um olhar sobre a cidade: População de Rua em Belo Horizonte, suas trajetórias e distinções internas¹

Wânia Maria de Araújo

Universidade do Estado de Minas Gerais – Escola de Design e Uma
União de Negócios e Administração

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir o cenário urbano contemporâneo a partir da cidade de Belo Horizonte e um tipo específico de habitante de sua paisagem: a população de rua. Esta se apropria de espaços públicos da cidade estabelecendo novos usos para os mesmos. Isto significa que espaços públicos passam a comportar usos privados, visto que se transformam em espaços improvisados de moradia. Este é um fenômeno que tem lugar em várias metrópoles do mundo não estando circunscrito à cidade de Belo Horizonte. Com efeito, torna-se importante discutir o mesmo a partir da perspectiva da globalização enfatizando a presença de um fenômeno global que apresenta especificidades de processos e relações locais.

Palavras chaves: globalização, espaço urbano, população de rua.

“Cacos e restos delimitam domicílios onde a intimidade dos gestos e das ações levantam paredes invisíveis, mas presentes e que, ao serem atravessados pelo olhar do pesquisador, fazem-no sentir-se intruso, indiscreto, e perceber a força dos limites simbólicos desses casulos no espaço público.”(Arantes, 1994:196)

¹ Trabalho apresentado no NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Apresentação

Esta proposta de trabalho tem como objetivo deter um olhar sobre Belo Horizonte a partir de um segmento de seus habitantes: a População de Rua. São sujeitos que adotam espaços públicos como locais de moradia improvisadas a partir de instalações permanentes - a construção de casas em baixios de viadutos e passarelas - e instalações provisórias, entendidas aqui como a adoção de calçadas sob marquises e bancos de praça como locais de pernoite. Os espaços públicos passam, assim, a comportar atividades da esfera privada que contrapõem os usos previstos para os mesmos. Além de contrapor os usos definidos como próprios de tais espaços, o fenômeno da população de rua pode ser revelador de novas significações dos espaços públicos no cenário da globalização, em que as cidades podem ser interpretadas a partir das interseções entre processos globais e locais.

A população de rua é um fenômeno global, visto que está presente nos cenários urbanos contemporâneos de várias metrópoles do mundo. Entretanto, é também um produto de relações e processos locais. A construção de moradias improvisadas explicita, além disso, a presença da esfera privada em locais públicos, trazendo um novo recorte para pensarmos as fronteiras entre público e privado no cenário globalizado.

Com um olhar intruso e indiscreto, como assinala a epígrafe, pretendo percorrer o traçado de Belo Horizonte, planejado por Aarão Reis, para investigar a possibilidade de uma leitura do seu espaço urbano, a partir dos sujeitos que fazem de alguns espaços públicos seu local de moradia.

As cidades no contexto contemporâneo

Para apresentar as cidades no contexto contemporâneo, as duas últimas décadas do século XX podem ser vistas como emblemáticas nas marcas que imprimiram no cenário urbano. Isso se deve ao fato de que, com fenômenos como a globalização da economia, a constituição de uma sociedade informacional² e a mediatização da cultura, a cidade contemporânea pode ser descrita a partir de novas feições que evidenciam, inequivocamente, os problemas sociais.

² Cf. Castells, Manuel, 2000.



De acordo com Ianni (1996), as ciências sociais defrontam-se com um novo desafio epistemológico no declínio do século XX: pela primeira vez são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. Isso porque as relações e processos econômicos, políticos, históricos, geográficos, culturais e sociais que ocorrem em escala mundial adquirem preeminência sobre tais relações e processos em escala nacional. Entretanto, segundo o autor (op.cit.:197), *não é suficiente transferir conceitos, categorias e interpretações elaborados sobre a sociedade nacional para a sociedade global*. Com efeito, tanto a sociedade nacional quanto a global, com suas dinâmicas próprias, implicam-se reciprocamente. A sociedade nacional, obviamente, continua a ter vigência, seus modos de vida, sua cultura, sua moeda, seu hino, seus movimentos sociais, ainda vigoram, mas numa articulação com as configurações e movimentos da sociedade global. Sendo assim,

“como totalidade geográfica e histórica, espacial e temporal, em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas, a sociedade global se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido, desafiando a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas.” (Ianni, op. cit.:192)

Esse desafio lança uma perspectiva para pensarmos as cidades contemporâneas nesse cenário global: a interseção entre os processos locais e os universais, tais como acumulação de capital e reestruturação econômica. O que se coloca como questão é o contraponto local-global, o micro e o macro. De acordo com Giddens (1997), a globalização liga-se à interseção da presença e da ausência, os eventos e relações sociais se entrelaçam à distância com os contextos locais. A globalização deve ser então compreendida como um fenômeno dialético, *no qual os eventos num dos pólos de uma relação distanciada produzem muitas vezes ocorrências divergentes ou mesmo contrárias no outro pólo*.(op. cit., 19)

Assim, num primeiro momento, é necessário abordar a cidade contemporânea por meio dessa interseção entre processos globais e locais, para que seja possível situá-la no cenário da sociedade global, sem perder de vista suas relações e processos locais. Borja & Castells (1997) afirmam que nem todas as atividades econômicas e culturais são globais,



pois - em termos proporcionais dos participantes de tais atividades - grande parte delas referem-se à esfera local ou regional. Assim, a população de rua, tema deste projeto, pode ser analisada a partir dessa interseção entre o global e o regional: é um fenômeno global, visto que faz parte da paisagem urbana de várias metrópoles no mundo, e explicita especificidades relativas aos processos locais e regionais da cidade onde se situa. A pesquisa aqui proposta será realizada em Belo Horizonte, cidade inserida na sociedade global, mas com particularidades relativas aos seus processos locais e regionais.

Retomando o tema da sociedade global, é possível dizer que ela revela-se de maneira acentuada na grande cidade, ao serem cruzados processos, relações e estruturas em todas as direções. As desigualdades sociais, por exemplo, permanecem nesse cenário e agudizam-se.

Existem afirmações³ que apontam para a globalização da economia como um fenômeno que tornou mais visível o “terceiromundismo” das cidades urbanas, por conterem um grande número de excluídos, de sem-terra, de sem-habituação, de sujeitos carentes de serviços urbanos básicos. A globalização exigiria, então, novos olhares para analisar as cidades contemporâneas.

Uma perspectiva emergente para explicar o cenário urbano atual é a da cidade global⁴. Nessa perspectiva, o urbano direcionaria-se para as funções específicas e estratégicas de grande importância na economia globalizada, constituindo-se, então, como cidades globais. Adotando essa abordagem da cidade global, Castells (2000:412) assinala que ela não se constituiria como um lugar, mas como um processo

“(...) por meio do qual os centros produtivos e de consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global embora, ao mesmo tempo diminuam a importância das conexões com suas hinterlândias, com base em fluxos de informação.”

Nessa perspectiva, as cidades concentram características da fase avançada do capitalismo com características do terceiro mundo. O estágio atual do capitalismo

³ Cf. Vérias, 2000.

⁴ Cf. Sassen, 1991.



estabelece um novo quadro de relações tanto sociais quanto espaciais: os espaços fragmentam-se, tornam-se homogêneos, mas também se diferenciam. As formas territoriais se revestem de funções que são globais na competitividade internacional. Já os espaços nacionais deixam de ser o centro da acumulação e buscam alianças, formação de mercados comuns e de zonas de livre comércio. Formalizam-se as relações entre os Estados-nação, enquanto as relações reais se dão entre as classes dominantes no interior de cada sociedade. Os processos de marginalização presentes já tão conhecidos no Brasil aparecem em países centrais. Conseqüentemente, no interior de países do Primeiro Mundo, instala-se um Terceiro Mundo de pobres, sejam eles sem-teto, idosos, doentes, desempregados ou drogados e cada país do Terceiro Mundo tem seu Primeiro Mundo de privilégios e de acesso à cultura. Sendo assim, as cidades globais constituem-se como focos de tensão, são marcadas por contrastes. Aparentemente denotam concentração de poder e riqueza, mas ao mesmo tempo comportam manifestações de pobreza e de exclusão social, o que sugere a idéia de dualização: fragmentação e segmentação urbana.

Outra característica da globalização, que manifesta-se no cenário urbano, refere-se às mudanças de espaço-tempo. As categorias espaço e tempo são básicas e fundamentais para a existência humana e se relacionam a um contexto histórico cultural. Para Harvey (1989), o capitalismo é um modo de produção que foi e continua sendo revolucionário. Suas práticas e processos materiais de reprodução social mudam freqüentemente, o que contribui para que os significados de tempo e espaço também se modifiquem. Essas transformações do sistema produtivo advêm do avanço do conhecimento técnico científico e podem ter como uma de suas conseqüências materiais modificações na organização da vida diária. Em se tratando do contexto urbano, essas mudanças expressam-se em termos da comunidade local. Segundo Gottdiener (1993), podemos enunciar duas características dessa nova situação: a segregação de grupos sociais e a fragmentação de todos os grupos sociais. Em primeiro lugar, a segregação de grupos sociais, que isentou uma grande parte da população da responsabilidade sobre os menos afortunados, pois estes, em geral, vivem distantes dos primeiros. Atualmente, é visível a marginalização de grupos sociais que com



pouca capacidade de empregar-se. Em segundo lugar, o autor assinala como mais importante a fragmentação de todos os grupos sociais, não apenas dos menos poderosos

“(…) de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor do lar. (...) As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os *shopping centers*, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos.” (Gottdiener, op.cit., 271, 272)

Dessa forma, podemos perceber que a dialética da globalização explicita-se no espaço urbano, visto que este se configura de maneira dual. As metrópoles urbanas caracterizam-se como cidades apartadas⁵. De um lado, os espaços públicos entram em “declínio”: para alguns grupos sociais, as ruas já não comportam mais o sentido de vida pulsante e sim o medo da violência e a insegurança, por isso buscam cada vez mais os espaços confinados e privatizados⁶. Enquanto isso, para outros grupos sociais, os espaços públicos revestem-se de uma utilidade não prevista: espaços urbanos como locais de improvisação de moradia, sejam elas, permanentes ou transitórias.⁷

Ao discutir sobre a nova segregação urbana em São Paulo, Caldeira (1996:304) ressalta que (...) *nos anos 90⁸, as distâncias físicas separando ricos e pobres diminuíram ao mesmo tempo em que os mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e mais complexos.*⁹ Isto porque a década de 80 foi caracterizada como de recessão econômica e inflação alta, cujos efeitos mais severos recaíram sobre os segmentos mais pobres, agravando-se a já problemática distribuição de riqueza no país. Também a periferia das cidades passa a ser inacessível aos mais pobres, fazendo com que ocorra o adensamento das favelas e cortiços. As pressões por melhorias em infraestrutura e legalização da posse da

⁵ Cf. Frúgoli Jr., H, 1995.

⁶ É evidente que o processo de busca por espaços cada vez mais privatizados não é tão simplista como enunciado, entretanto ele está apresentado nesta parte do texto, visto que o mesmo não pretende discutir essa questão em especial. Sobre essa questão ver Caldeira (1996).

⁷ É preciso deixar claro que o fenômeno da população de rua não é uma consequência da globalização, como explicito na nota n.º 15, o fenômeno é novo, mas não recente.

⁸ A menção aos anos 90 é apenas um recorte de uma época de acirramento da segregação espacial e não significa que tal fenômeno não esteve presente no cenário urbano anteriormente.

⁹ Tradução livre



terra nas periferias exercidas pelos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80¹⁰, redirecionaram os investimentos públicos. As áreas periféricas valorizaram-se com a implantação de serviços e equipamentos urbanos, tornando-se inacessíveis ao segmento mais pobre da cidade que, expulsos desses locais, contribuíram para o adensamento das favelas e cortiços, alguns deles chegando às ruas por essa via. Por fim, a autora salienta a existência de um novo padrão de segregação urbana residencial, que se inscreve nas cidades a partir da retórica do aumento dos crimes violentos e do medo, fazendo de São Paulo, por exemplo, uma “cidade de paredes”, pois barreiras físicas são construídas ao redor dos prédios, dos parques, dos quarteirões e das escolas. *Uma nova estética da segurança modelando todos os tipos de construção e impondo sua nova lógica de vigilância e distância como um meio de demonstração de status, e está mudando o caráter da vida pública e das interações públicas.* (Caldeira, op.cit:308)

Belo Horizonte também reflete, de alguma forma, esse novo padrão de segregação urbana, pois o que é característico do final dos anos 80 e início da última década do século XX é a dificuldade de uma parte dos setores mais pobres da cidade em se instalar nas áreas que, até então, lhes eram destinadas: as periferias e as favelas.

Frente à falta de medidas adotadas pelo poder público e mesmo pela iniciativa privada, em se tratando do problema da moradia, o cenário urbano do início dos anos 90 comportava práticas alternativas de acesso à moradia, tais como (...) *invasões, encortiçamento de áreas deterioradas, favelização_crescente, aumento do número de pessoas morando nas ruas, entre outras.* (Costa, 1994:72) Isto leva a pensar que o espaço da cidade, no que se refere à moradia, remodelou-se de acordo com o agravamento das condições sócio-econômicas e a ineficiência das políticas públicas habitacionais, voltadas, principalmente, para a população de baixa renda.

Belo Horizonte é hoje uma cidade com mais de dois milhões de habitantes espacialmente dividida em nove regiões administrativas. Os serviços de infra-estrutura não são distribuídos igualmente em toda a cidade, o que contribui para reforçar a segregação do espaço da cidade que elitiza determinadas áreas servidas por infra-estrutura e equipamentos

¹⁰ Cf. Somarriba, M., 1984.



urbanos e daí expulsa a população mais pobre para áreas periféricas cada vez mais distantes e mais carentes de infra estrutura urbana, bens e serviços públicos, ou diretamente para as ruas e praças das áreas mais centrais.

Frente a este cenário globalizado, onde o espaço urbano se configura como cada vez mais segregado, a questão que me proponho investigar em Belo Horizonte¹¹ é sua população de rua, composta por sujeitos que adotam espaços públicos como locais transitórios ou permanentes¹² de moradia, enfatizando o aspecto da apropriação de tais espaços como uma das possibilidades de leitura da cidade contemporânea: suas interseções com o global e o local, expressas na paisagem urbana segregada e, além disso, como as referidas apropriações podem ser pensadas como expressões do declínio do público em favor da insurreição do privado.

A esfera do público e o privado: a casa e a rua e a casa na rua

A casa não se esgota na descrição de sua estrutura física, a casa constitui fundamentalmente um lugar no espaço que comporta significados particulares nem sempre visíveis como os quadros e retratos colados à parede. No universo cultural ocidental, a casa não deve ser entendida apenas como uma construção destinada a fornecer abrigo, mas também como um dos referentes essenciais do mapa simbólico espacial da nossa sociedade.

Considerando o sistema de valores que caracteriza e confere sentido aos espaços urbanos, é recorrente a referência à **casa** como um lugar relativo à **esfera da vida privada**. Aí devem ser desempenhadas atividades que se relacionam com a vida considerada íntima de cada um dos seus habitantes, por exemplo, o cuidado com a higiene e limpeza corporal, as relações com as pessoas de laços consanguíneos e afins, bem como a partilha das alegrias e tristezas pessoais.

As atividades próprias da esfera do privado diferenciam-se de um grupo social para outro, porque o sistema de valores que reflete e determina a adoção das variadas maneiras de construir e habitar o abrigo onde se desenvolve a vida doméstica tem raízes na

¹¹ Segundo as características de uma cidade global, Belo Horizonte, não se configura como tal, entretanto está inscrita como as demais cidades brasileiras no cenário da globalização.

¹² Transitório aqui entendido, preliminarmente, como os sujeitos que se apropriam de calçadas sob marquises e permanente como aqueles sujeitos que improvisam moradias sob baixios de passarelas e viadutos.



coletividade. Isto é, são construídos socialmente e, sendo assim, os significados atribuídos aos ambientes domésticos sofrem redefinições ao longo do tempo. A referência à casa como local de abrigo permanece ao longo do tempo, entretanto suas formas, os materiais, as cores, as maneiras de construí-la e, conseqüentemente, a forma de conceber os significados atribuídos, têm mudado ao longo da história. Na sociedade ocidental, a oposição entre os espaços - casa e rua, reforça a rua como sendo a localização da **esfera da vida pública**.

O século XIX tem grande importância na definição sobre a vida privada pelo fato de ser este o momento em que esta noção adquire seu pleno vigor. Os dicionários franceses compostos nesse século definem o verbo “**privar**” como relativo à **domesticação**, como aquilo que **se retira do domínio selvagem e é transportado para o espaço familiar da casa**. O adjetivo “privado” também faz referência à idéia de familiaridade. Daí as expressões *a vida privada deve ser murada, não é permitido procurar e dar a conhecer o que se passa na casa de um particular*. (Duby, 1990:19) “**Público**” é uma palavra, que naquele momento, definia-se como tudo que pertencesse a todo um povo, tudo o que dele emanasse. Referia-se ao que não era propriedade particular, estando aberto, distribuído, opondo-se ao que é próprio, que pertencesse ao outro e ao que era oculto e secreto. Então, o que marcou essas primeiras distinções entre as duas esferas da vida foram os locais onde elas têm lugar, ou seja, o **domínio privado** situa-se junto à **família, no interior das moradias, nas casas**, pois deveria abrigar atitudes e comportamentos que podem ser adotados em lugares fechados aos olhares alheios. O **domínio público** referia-se aos locais pertencentes a todo um **povo, às ruas, às praças**, pois comportariam posturas que podem ser exibidas publicamente, partilhadas com os outros que não necessariamente fazem parte dos laços familiares.

As noções sobre a esfera pública e privada correspondem, então, às diversas formas de organização social em diferentes momentos históricos. Assim sendo, é possível dizer que não existe uma vida privada com “limites naturais” definidos, mas sim recortes possíveis a partir das representações da esfera privada e da esfera pública em cada época. A distinção entre as duas esferas não tem o mesmo sentido nem o mesmo conteúdo em todos



os meios sociais, devido à diversidade das tradições culturais. Evidencia-se, além disso, que as esferas do público e do privado tornam-se representações dicotômicas na sociedade moderna, industrial e urbana. Como representações dominantes no espaço urbano, tornam-se referências cruciais para a organização das suas atividades e dos seus valores. Atividades relativas ao trabalho foram gradativamente excluídas do campo doméstico, pois este diz respeito à esfera da vida privada que, por sua vez, não condiz com a produção de bens para um público amplo e desconhecido da família¹³. A esfera da vida pública deve ter seu lugar em espaços comuns e próprios para atividades que não necessitem de privacidade, que permitam o convívio com o desconhecido, com o não-familiar. Ou seja, o íntimo, pessoal, familiar e restrito se associa à esfera privada - ao mundo da **casa** -, e os seus opostos à esfera pública - o mundo da **rua**.

Ao tratar da casa e da família operária, Woortmann ressalta que a importância da casa (...) *vai muito além da simples dimensão de um teto sobre a cabeça (...) Ela é crucial, não apenas de um ponto de vista material, óbvio, mas igualmente, por constituir uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas.* (1982:119) Isto implica que seu significado está além de sua função de fornecer abrigo, sendo inclusive considerada uma *categoria* importante no mapa simbólico de um grupo social.

De acordo com DaMatta, tanto a casa quanto a rua contêm um código próprio que prescreve formas de comportamento. Para ele, tais lugares do espaço (...) *contêm visões de mundo ou éticas que são particulares.* (1985:41) A casa brasileira é por ele caracterizada como sendo

“... um espaço que pode abrigar iguais (...) e está sujeita às mesmas normas vigentes na rua, mas como uma área especial; onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira.” (Ibidem, p.45)

¹³ É importante lembrar que com os avanços tecnológicos (a empresa integrada em rede) e a flexibilização da produção, o trabalho retorna ao ambiente doméstico. Cf. Castells (2000:404)



A sociedade é, nesse caso, uma entidade especial, um espaço idealizado e não um local de lutas e indiferença. Vale ressaltar que as obras Casa Grande e Senzala (1933) e Sobrados e Mocambos (1936) de Gilberto Freyre já demonstravam a possibilidade de estudar o espaço casa como reflexo da sociedade da época.

Assim como a casa, a rua na sociedade brasileira também comporta um código de representações que vai além de sua realidade material. Ela é um espaço conotado pela externalidade, é o que está além, fora do domínio do privado, das casas. Nela predomina o anonimato onde quem comanda é a (...) *autoridade que governa com a lei, a qual torna todo mundo igual no propósito de desautorizar (...)* (DaMatta,1986:30)

A rua, como um espaço físico que compõe as cidades, comporta o trânsito de veículos e pedestres, sendo então, num primeiro momento, destinada à circulação e não à permanência. É, assim, um local de fluidez e movimento, sendo também considerada como local perigoso propício aos roubos e às desgraças.

Foi no século XIX, que a rua deixou de ser apenas o espaço que separava as casas. Elas deveriam atestar o progresso ou atraso de uma cidade e eram consideradas seu cartão de visitas. Por definição, a rua se opunha a casa, pois se o lar delimita a propriedade e a intimidade da família, a rua é o espaço de todos, onde os personagens dos mais variados grupos sociais se cruzam. Como um dos historiadores que resgatam este cenário público das ruas no contexto europeu, Perrot (1988:123,124) assinala que o povo do século XIX (...) *tem um sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem.* Entretanto, é no século XIX que ocorre a separação entre o público e o privado, este também é o momento em que o burguês se refugiou no lar e a rua foi realmente entregue e relegada ao domínio público. A rua é, então, o espaço do povo, o oposto da casa que é o lugar da intimidade burguesa.

Com o crescimento das cidades, a vida fabril e comercial também se estendia e as ruas passaram a ficar cheias de (...) *um povo sem rosto (...)* (Pesavento,1994:84) em geral pobre, mal vestido e, por vezes, mal encarado chegando mesmo a atemorizar a vida das famílias burguesas. A rua lhes pertencia, pois ali mendigavam, faziam biscates, por ali



passavam na volta da fábrica ou simplesmente conversavam uns com os outros. O domínio desse “mundo da rua”, ou seja, da esfera pública, parecia perigoso, atentatório à moral, ameaçador dos bons costumes da família burguesa. Assim, a idéia do espaço público distante e distinto da esfera privada é constituída e a imagem da rua como local do perigo é consolidada.

A rua revela-se, então, como um espaço de ameaças à burguesia e seus hábitos e valores. Nesse momento torna-se necessário que algum controle seja exercido sobre ele. O aburguesamento da sociedade foi um dos fenômenos que contribuiu para a adoção de uma atitude interventora no espaço urbano por parte do poder público. Ruas foram alargadas, velhas construções foram demolidas em nome do progresso e da ordem. Esse era o reflexo do ideal de cidade burguesa do século XIX, que buscou, a todo custo, integrar a ele a cidade nômade, a qual, segundo Perrot (op.cit.), poderia ser denominada assim pelo fato de seus habitantes, em especial os operários, se igualarem à qualidade de nômades na cidade, pois a utilizavam para criar uma rede de relações e uma estrutura de sociabilidade que tornasse possível a sobrevivência e a garantia de um lugar na cidade.

O modelo urbanista progressista do início do século XIX fundado nos ideais de racionalidade e modernidade, na eficácia da estética, como também em uma ruptura com dimensões culturais locais, não só remodela o desenho das cidades, mas também suas funções. Partindo dessa concepção é que o espaço urbano passou a comportar locais previstos para as mais diversas atividades, desde o comércio até o lazer, as festas e os encontros. A cidade, passando a ser ordenada com funções especializadas, sugeriu a abolição da rua como um local de simultaneidade. Segundo Bermman (1986), tanto a arquitetura quanto o planejamento urbano modernista criaram (...) *um mundo espacialmente e socialmente segmentado - pessoas aqui, tráfego ali, trabalho aqui, moradias acolá, ricos aqui, pobres lá adiante; no meio de barreiras de grama e concreto.* (p.21) Ou seja, de acordo com esse modelo, a cidade e, mais especialmente as ruas da cidade, passam a comportar usos e atividades previamente estabelecidos pelos planejadores urbanos, cabendo ao povo obediência às novas regras estabelecidas para esse espaço. Cabe ao espaço público, onde as ruas se situam, abrigar o movimento, o trânsito. Torna-se um local de passagem e



não de relações sociais personificadas, pois um local de personagens estranhos entre si não comporta a ocorrência da sociabilidade.

Dessa forma, foi impresso no espaço urbano não somente um novo traçado, mas uma nova hierarquia de usos e atividades, uma nova determinação do que seria, a partir de então, apropriado aos espaços públicos. É o planejamento dos urbanistas se sobrepondo às atividades cotidianamente realizadas pelos usuários e transeuntes das ruas. A modernidade e a racionalidade presentes nos projetos urbanísticos marcam um rompimento com o que até então era usual nas ruas das cidades que foram alargadas, muitas vezes através da destruição de antigas edificações, em nome do progresso e da implementação da ordem nos espaços públicos. O planejamento de Belo Horizonte é emblemático nesse sentido, pois refletiu a busca de implantação da ordem e do progresso num espaço urbano através da racionalidade de um projeto urbanístico. O seu traçado revela a hierarquia de ruas e avenidas e das atividades e ocupações que a elas caberiam.

Como se pode perceber, o universo de representações da casa e da rua comportam significações que vão além de sua aparência. Tais significações são referentes aos esquemas valorativos de determinado contexto social e histórico que definem os espaços, diferenciando-os, opondo-os e, por vezes, permitindo uma certa complementaridade entre eles. Assim, além de configurarem espaços com formas diferenciadas de uso e apropriação, casa e rua também podem ser complementares. Conforme assinala DaMatta, a oposição que os perpassa é dinâmica e relativa, existindo uma espécie de comunicação entre eles, fazendo que sejam complementares e interrelacionados (...) *na gramaticalidade dos espaços brasileiros, ruas e casas se reproduzem mutuamente posto que há espaços na rua que podem ser fechados e apropriados por um grupo, categoria pessoal ou pessoas, tornando-se sua 'casa' ou seu 'ponto'*(...) (1985:45) A complexidade da relação entre casa e rua também é observada por DaMatta quando ressalta que esses espaços não estão separados. Eles interagem e (...) *se relacionam por seus subespaços (praças, adros, mercados, jardins, portas, janelas, cozinhas e varandas) e também por ocasiões especiais onde a comunicação é possível, obrigatória ou desejável.* (Ibidem, p.51)



No cenário da globalização, Belo Horizonte, como várias cidades do mundo, contém na sua paisagem urbana, um novo¹⁴ formato de apropriação dos espaços públicos: moradias improvisadas nas calçadas, baixios de viadutos e passarelas, nas calçadas e praças. São novas formas de morar que se opõem aos usos previstos para tais espaços. É preciso ressaltar que a proposta dessa investigação junto a esse segmento da população de Belo Horizonte, não refere-se a oposição entre os usos previstos e os que são efetivamente implantados nos espaços públicos, mas à constituição de espaços urbanos de moradia que conformam as esferas pública e privada num mesmo local. As moradias improvisadas podem ser reveladoras da insurreição do privado no público, bem como um contraponto às “privatizações” da vida cotidiana de vários habitantes das cidades contemporâneas. O espaço público, tão marcante no urbano, apresenta vários desdobramentos. Entre eles, o fato de que, enquanto parcelas de maior poder aquisitivo da população das cidades afugentam-se em espaços cada vez mais privados¹⁵ e excludentes, um outro segmento populacional, sem poder aquisitivo, se move por espaços deteriorados da cidade, inventando ocupações que são permeadas pela transgressão. A população de rua reinventa a esfera privada (as moradias) nos espaços públicos urbanos e com isso revela que as fronteiras entre espaço público e privado são fluidas, possibilitando a inventividade das instalações de moradias, transitórias ou permanentes.

¹⁴ Novo, mas não recente. Notícias sobre a ocupação de espaços públicos da cidade datam dos anos 30 do século XX. Em 1938 o Diário da Tarde publica matéria sobre crianças e adolescentes que estavam nas ruas *esmolando ou apanhando papel sujo e velho*. Em 1949 o Diário de Minas traz uma notícia que confere aos mendigos que eram de outras cidades o título de “turistas da miséria” e chama atenção para um grupo de pessoas que morava debaixo do Viaduto Perrela, região leste da cidade. *Cerca de dez mendigos, metidos em trapos, sem uma coberta, sob a inclemência do frio indiferente ao drama que se desenrola, ali, entre os gemidos nas bocas dos mendigos e o chiar dos ratos no esgoto que atravessa o viaduto de lado à lado, aos pés dos “moradores” daquela imundície*. Em 1956 os jornais denunciaram o descaso da polícia no tratamento do problema dos mendigos da cidade, considerados vadios, desajustados, pois viviam em um ambiente de promiscuidade improvisando “favelas” onde se instalavam. Vale lembrar também que no período de construção de Belo Horizonte, dois anos antes de sua inauguração, existiram na cidade aglomerados de *cafuzas*, casas de barro cobertas de capim e barracos feitos de tábuas e cobertos de zinco.

¹⁵ Cf. Lemos, (1992) ao abordar a inauguração do BH Shopping como um marco na privatização da vida da cidade, marcando a início da deterioração do centro da cidade e da Savassi (Bairro comercial da região centro sul de Belo Horizonte) como área comercial. Vale também lembrar como na última década do século XX áreas localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, em especial a região de Nova Lima, sofreu um afluxo de novos moradores em condomínios fechados.



Bibliografia:

- ARANTES, A.** A Guerra dos Lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico Nacional*, São Paulo, n. 23, p.190-203, 1994.
- BERMMAN, M.** *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- BORJA, J. & CASTELLS, M.** *Local and Global: the management of cities in the information age*. London, Earthscan Publication Limited, 1997.
- CALDEIRA, T.** Fortified enclaves: the new urban segregation. *Public Culture*, Chicago, n. 8, p. 308-328, 1996.
- CASTELLS, M.** A Sociedade em Rede. In: Castells, M. *A Era da Informação: economia sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, v.1.
- COSTA, H. S. M.** Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, R. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/PBH, 1994.
- DA MATTA, R.** *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985. Cap. 2: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil, p.25-54.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- DUBY, G. (org.).** *História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- FRÚGOLI Jr., H.** *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero, 1995.
- GIDDENS, A.** *Os Contornos da Modernidade Tardia*. Oeiras, Celta, 1997. Cap. 1: Os Contornos da Modernidade Tardia, p.1-31.
- GOTTDIENER, M.** *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.
- HARVEY, D.** *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IANNI, O.** *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- LEMOS, C. B.** O shopping center como espaço público na experiência urbana de Belo horizonte. In: PINTAUDI, S.M. & FRÚGOLI Jr, H.(org.). *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo, Unesp, 1992, p. 93-105.
- PERROT, M.** *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988. Cap. 4: Os operários, a moradia e a cidade no século XIX, p. 101-125.
- PESAVENTO, S. J.** *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- SASSEN, S.** *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- SOMARRIBA, M., VALADARES, M., AFONSO, M.** *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis, Vozes/Fundação João Pinheiro, 1984.
- VÉRAS, M.P.B.** *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo, Nobel/EDUC, 2000.